

No. 48821*

**Venezuela (Bolivarian Republic of)
and
Mozambique**

Framework agreement on cooperation between the Bolivarian Republic of Venezuela and the Republic of Mozambique. Maputo, 24 April 2009

Entry into force: *17 September 2009 by notification, in accordance with article 9*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Venezuela (Bolivarian Republic of), 5 August 2011*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Venezuela (République bolivarienne du)
et
Mozambique**

Accord de base relatif à la coopération entre la République bolivarienne du Venezuela et la République du Mozambique. Maputo, 24 avril 2009

Entrée en vigueur : *17 septembre 2009 par notification, conformément à l'article 9*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Venezuela (République bolivarienne du), 5 août 2011*

** Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO
ENTRE
A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E
A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA**

A República de Moçambique e a República Bolivariana da Venezuela, daqui em diante passam a ser designados por “As Partes”.

Considerando os laços existentes de solidariedade e amizade entre os dois países;

Desejosos de promover a cooperação entre ambos países nos sectores de energia, agricultura, economia, social e cultural;

Reafirmando a vontade comum de trabalhar em prol dos objectivos e ideais da cooperação Sul-Sul, especificamente a cooperação técnica entre os países subdesenvolvidos;

Considerando que a luta contra a pobreza é universal, permanente e precisa de acções específicas dirigidas a grupos bem determinados;

Convencidos das vantagens recíprocas da consolidação da cooperação bilateral entre as partes;

Decidem o seguinte:

Artigo 1

O objectivo principal das partes é promover e aumentar a cooperação entre os dois países, na base dos princípios de igualdade, respeito mútuo pela soberania e reciprocidade de vantagens, e guiados pelos seus sistemas legais internos nos âmbitos previstos no presente Acordo

Artigo 2

A cooperação estipulada neste Acordo será realizada nos seguintes sectores de desenvolvimento:

- I. Energia
- II Agricultura
- III. Social;
- IV. Cultural; e
- V. Outros, a serem acordados entre as partes.

Artigo 3

Com o propósito de implementar a cooperação estipulada no presente Acordo as partes adoptarão instrumentos jurídicos complementares, para tratar os seguintes aspectos:

- Os objectivos a atingir;
- A agenda de trabalho;
- O plano de trabalho;
- As obrigações de cada uma das Partes;
- O financiamento;
- Os Organismos responsáveis pela execução; e
- Outros assuntos complementares.

Artigo 4

Na base dos instrumentos complementares para a implementação do presente Acordo, as partes promoverão o planeamento e execução das actividades aqui estipuladas, através de programas e projectos específicos entre instituições e organizações competentes de cada uma das partes, por via diplomática.

Artigo 5

Ambas as partes promoverão a cooperação entre empresas públicas e privadas nos seus respectivos países bem como a participação dos cidadãos, em conformidade com as leis e regulamentos internas.

Artigo 6

As partes concordam criar uma Comissão Mista de Cooperação, a qual se encarregará da implementação e seguimento do presente Acordo.

A Comissão Mista de Cooperação integrará representantes de ambos Governos, será presidida pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos países ou funcionários de Alto Nível por si designados, e se reunirão em cada dois (2) anos, alternadamente na República de Moçambique e na República Bolivariana da Venezuela, em datas a serem acordadas pelas partes, através da via diplomática.

A Comissão Mista de Cooperação estabelecerá grupos de trabalho que procederão a avaliação da cooperação em cada um dos âmbitos anteriormente mencionados.

Artigo 7

Qualquer controvérsia que surgir entre as partes relativas a interpretação ou aplicação do presente Acordo será resolvida amigavelmente por meio de negociações directas entre as Partes, através da via diplomática.

Artigo 8

O presente Acordo poderá ser emendado a qualquer momento por uma das partes mediante uma solicitação escrita. As emendas entrarão em vigor de conformidade com o estabelecido no artigo 9 do presente Acordo.

Artigo 9

O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação pela qual uma das partes comunicar, por escrito, através da via diplomática o cumprimento dos seus respectivos procedimentos constitucionais do direito interno.

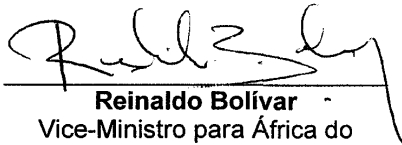
O presente Acordo terá uma duração máxima de cinco (5) anos, se renovará tacitamente por períodos iguais, com a excepção de que uma das partes notifique à outra por escrito e pela via diplomática, a sua intenção de não prorrogá-lo, pelo menos, com seis (6) meses de antecedência, na data do término do período correspondente.

As partes poderão denunciar o presente Acordo a qualquer momento, mediante notificação por escrito e pela via diplomática, dando-se por terminado no período de seis (6) meses depois da recepção da notificação.


A denúncia do presente Acordo não afectará a execução e o desenvolvimento dos programas e/ou projectos acordados pelas partes, os quais continuarão em execução, excepto se acordado em contrário pelas partes.

Feito na cidade de Maputo, no dia 24 do mês de Abril de 2009, em dois exemplares originais, redigidos nas línguas espanhola e portuguesa e, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República
Bolivariana da Venezuela


Reinaldo Bolívar
Vice-Ministro para África do
Ministério do Poder Popular para
Relações Exteriores

Pelo Governo da República de
Moçambique


Eduardo Bacião Koloma
Vice-Ministro dos Negócios
Estrangeiros e Cooperação

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO MARCO DE COOPERACIÓN
ENTRE
LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA
Y
LA REPÚBLICA DE MOZAMBIQUE**

La República Bolivariana de Venezuela y la República de Mozambique, en lo sucesivo denominadas conjuntamente como "Las Partes",

Considerando los lazos existentes de solidaridad y amistad entre los dos países;

Deseosos de promover la cooperación entre ambos países en los ámbitos energético, agrícola, económico, social y cultural;

Reiterando la voluntad común de trabajar para la consecución de los objetivos y los ideales de la cooperación Sur-Sur, específicamente de la cooperación técnica entre países en desarrollo;

Considerando que la lucha contra la pobreza es universal, permanente y que requiere de acciones específicas orientadas hacia grupos bien determinados;

Convencidos de las mutuas ventajas que entraña la consolidación de la cooperación bilateral entre las partes;

Acuerdan lo siguiente:

Artículo 1

El objetivo principal de las partes es promover y aumentar la cooperación entre los dos países, con base en los principios de igualdad, respeto mutuo por la soberanía y la reciprocidad de ventajas, y guiados por sus sistemas legales internos en los ámbitos previstos en el presente Acuerdo.

Artículo 2

La cooperación estipulada en el presente Acuerdo será realizada en los siguientes sectores de desarrollo:

- I. Energía;
- II. Agricultura;
- III. Social;
- IV. Cultural
- V. Otros, acordados entre las partes.

Artículo 3

Con el propósito de implementar la cooperación estipulada en este Acuerdo, las partes adoptarán instrumentos legales complementarios para tratar los siguientes asuntos:

- I. Los objetivos que se deben alcanzar;
- II. La agenda de trabajo;
- III. El Plan de trabajo;
- IV. Las obligaciones de cada una de Las Partes;
- V. El financiamiento;
- VI. Los órganos responsables de la implementación; y
- VII. Otros asuntos complementarios.

Artículo 4

En el marco de los instrumentos complementarios para la implementación de este Acuerdo, Las Partes promoverán la *planificación y ejecución* de las actividades aquí estipuladas por medio de programas y proyectos específicos entre instituciones y organizaciones competentes de cada una de las partes, acordados por la vía diplomática.

Artículo 5

Ambas partes promoverán la cooperación entre empresas públicas y privadas en sus respectivos países, así como la participación ciudadana, de conformidad con sus respectivas leyes y regulaciones internas.

Artículo 6

Las partes acuerdan crear un Comisión Mixta de Cooperación, la cual se encargará de la implementación y seguimiento de este Acuerdo.

La Comisión Mixta de Cooperación, conformada por representantes de ambos Gobiernos, será presidida por los Ministros de Relaciones Exteriores de ambos países o los funcionarios de Alto Nivel que estos designen, y se reunirá cada dos (2) años, alternativamente en la República de Mozambique y la República Bolivariana de Venezuela, en fechas acordadas por las partes, a través de la vía diplomática.

La Comisión Mixta de Cooperación creará grupos de trabajo que determinarán el alcance de la cooperación en cada uno de los ámbitos anteriormente mencionados.

Cualquier disputa entre las partes relacionada con la interpretación o la implementación de este Acuerdo será resuelta de forma amistosa por medio de negociaciones directas entre las partes, a través de la vía diplomática.

Artículo 8

El Acuerdo podrá ser enmendado en cualquier momento mediante una solicitud escrita de cualquiera de las partes. Las enmiendas entrarán en vigor de conformidad con el Artículo 9 del presente Acuerdo.

Artículo 9

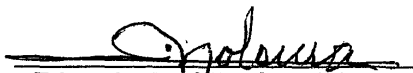
El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de la última notificación mediante la cual las partes se comuniquen por escrito y a través de la vía diplomática el cumplimiento de sus respectivos requisitos constitucionales y legales internos para tal fin. Este Acuerdo tendrá una duración de cinco (05) años, se entenderá tácitamente prorrogado por períodos iguales, salvo que alguna de las partes, comunique a la otra por escrito y por la vía diplomática, su intención de no prorrogarlo, por lo menos, con seis (6) meses de anticipación, a la fecha de expiración del período correspondiente. La denuncia tendrá efecto seis (6) meses después de la fecha de su notificación.

Las partes podrán denunciar este Acuerdo en cualquier momento, mediante notificación por escrito y por la vía diplomática, dándose por terminado en un período de seis (06) meses después de recibida dicha notificación.

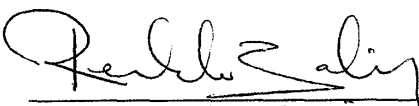
No obstante lo anterior, la denuncia del presente instrumento, no afectará la ejecución y el desarrollo de los programas y/o proyectos acordados por las Partes, los cuales continuarán en ejecución, salvo acuerdo contrario de las mismas.

Hecho en la ciudad de Maputo a los ~~veinticuatro~~ (24) días del mes de abril de 2009, en dos ejemplares originales, redactados en los idiomas portugués y castellano, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno de la República de
Mozambique


Eduardo José Bacião Koloma
Viceministro de Negocios Extranjeros
y Cooperación

Por el Gobierno de la República
Bolivariana de Venezuela


Reinaldo Bolívar
Viceministro para África del Ministerio
del Poder Popular para Relaciones

[TRANSLATION – TRADUCTION]

FRAMEWORK AGREEMENT ON COOPERATION BETWEEN THE
BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA AND THE REPUBLIC OF
MOZAMBIQUE

The Bolivarian Republic of Venezuela and the Republic of Mozambique, hereinafter jointly referred to as “the Parties”,

Considering the bonds of solidarity and friendship existing between the two countries,

Desiring to promote cooperation between the two countries in the energy, agricultural, economic, social and cultural fields,

Reiterating their common desire to work towards the realization of the objectives and ideals of South-South cooperation, in particular, technical cooperation among developing countries,

Considering that the struggle against poverty is universal, ongoing and requires specific actions for well-defined groups,

Convinced of the mutual advantages of consolidating bilateral cooperation between the Parties,

Have agreed as follows:

Article 1

The principal objective of the Parties is to promote and increase cooperation between the two countries based on the principles of equality, mutual respect for sovereignty and reciprocity of advantages, and guided by their domestic legal systems in the areas covered by this Agreement.

Article 2

The cooperation stipulated in this Agreement shall be realized in the following sectors of development:

- I. Energy;
- II. Agriculture;
- III. Social areas;
- IV. Cultural areas;
- V. Others, as agreed upon by the Parties.

Article 3

With a view to implementing the cooperation stipulated in this Agreement, the Parties shall adopt supplementary legal instruments to address the following issues:

- I. The objectives to be attained;
- II. The work agenda;
- III. The work plan;
- IV. The obligations of each Party;
- V. Financing;
- VI. The implementing agencies; and
- VII. Miscellaneous issues.

Article 4

Within the framework of the supplementary instruments for the implementation of this Agreement, the Parties shall promote the planning and execution of the activities stipulated herein through specific programmes and projects between competent institutions and organizations of each Party, as agreed upon through the diplomatic channel.

Article 5

The two Parties shall promote cooperation between public and private enterprises in their respective countries as well as citizen participation in accordance with their respective domestic laws and regulations.

Article 6

The Parties agree to establish a Joint Cooperation Commission, which shall be responsible for the implementation of and follow-up to this Agreement.

The Joint Cooperation Commission, composed of representatives of both Governments, shall be chaired by the Ministers for Foreign Affairs of the two countries or such high-level officials as they may designate, and shall meet every two years, alternately in the Republic of Mozambique and the Bolivarian Republic of Venezuela, on dates agreed upon by the Parties through the diplomatic channel.

The Joint Cooperation Commission shall establish working groups, which shall determine the scope of cooperation in each of the aforementioned areas.

Article 7

Any dispute between the Parties concerning the interpretation or implementation of this Agreement shall be settled amicably by means of direct negotiations between them, through the diplomatic channel.

Article 8

This Agreement may be amended at any time through a written request by either Party. Amendments shall enter into force in accordance with article 9 of this Agreement.

Article 9

This Agreement shall enter into force on the date of the last notification by which the Parties inform each other, in writing and through the diplomatic channel, of the completion of their respective domestic constitutional and legal requirements for that purpose. This Agreement shall remain in force for a period of five years and shall be automatically renewable for additional five-year periods unless one of the Parties notifies the other at least six months in advance, in writing and through the diplomatic channel, of its intention not to renew the Agreement upon the expiry of the corresponding period. Denunciation shall take effect six months after the date of such notification.

The Parties may denounce this Agreement at any time, by written notification, through the diplomatic channel; the Agreement shall be considered to be terminated six months from the date of receipt of such notification.

Notwithstanding the foregoing, denunciation of this instrument shall not affect the execution and development of programmes and/or projects agreed to by the Parties, which shall continue to be carried out unless they agree otherwise.

DONE in the city of Maputo on 24 April 2009, in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Republic of Mozambique:

EDUARDO JOSÉ BACIÃO KOLOMA

Deputy Minister for Foreign Affairs and Cooperation

For the Government of the Bolivarian Republic of Venezuela:

REINALDO BOLÍVAR

Deputy Minister for Africa of the Ministry of the People's
Power for Foreign Affairs

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD-CADRE DE COOPÉRATION ENTRE LA RÉPUBLIQUE
BOLIVARIENNE DU VENEZUELA ET LA RÉPUBLIQUE DU
MOZAMBIQUE

La République bolivarienne du Venezuela et la République du Mozambique, ci-après dénommées « les Parties »,

Considérant les liens de solidarité et d'amitié qui existent entre les deux pays,

Désireuses de promouvoir la coopération entre les deux pays dans les domaines énergétique, agricole, économique, social et culturel,

Réaffirmant leur volonté commune d'œuvrer en faveur de la réalisation des objectifs et des idéaux de la coopération Sud-Sud, en particulier de la coopération technique entre pays en développement,

Considérant que la lutte contre la pauvreté est une priorité universelle et permanente qui requiert des actions spécifiques axées sur des groupes particuliers,

Convaincues des avantages réciproques du renforcement de la coopération bilatérale entre les deux pays,

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier

Les Parties s'engagent à promouvoir et à intensifier la coopération entre les deux pays, sur la base des principes d'égalité, de respect mutuel de la souveraineté et de réciprocité des avantages, conformément à leurs législations nationales respectives et aux dispositions du présent Accord-cadre.

Article 2

Les Parties s'engagent à coopérer dans les secteurs de développement suivants :

- I. énergétique;
- II. agricole;
- III. social;
- IV. culturel
- V. autre, décidé d'un commun accord entre les Parties.

Article 3

Les Parties peuvent adopter les instruments juridiques complémentaires nécessaires à la mise en œuvre de la coopération prévue dans le présent Accord-cadre. Ces instruments portent sur les aspects suivants :

- I. les objectifs à atteindre;
- II. le calendrier de travail;
- III. le plan de travail;
- IV. les obligations de chacune des Parties;
- V. le financement;
- VI. les organes responsables de son exécution;
- VII. toute autre question complémentaire.

Article 4

Dans le cadre des instruments complémentaires signés en vue de l'application du présent Accord-cadre, les Parties encouragent l'élaboration et la mise en œuvre des activités prévues au moyen de programmes et de projets spécifiques entre les institutions et organisations compétentes de chaque Partie, lesquels sont fixés d'un commun accord par la voie diplomatique.

Article 5

Les deux Parties encouragent la coopération entre les entreprises publiques et privées nationales, ainsi que la participation des citoyens, dans le respect de leurs législations nationales respectives.

Article 6

Les Parties conviennent de créer une Commission mixte de coopération chargée de l'application et du suivi du présent Accord-cadre.

La Commission mixte de coopération est composée de représentants des deux Gouvernements. Elle est coprésidée par les Ministres chargés des affaires étrangères des deux pays ou par de hauts fonctionnaires désignés par eux. Elle se réunit tous les deux (2) ans, alternativement en République du Mozambique et en République bolivarienne du Venezuela, aux dates fixées d'un commun accord par les Parties par la voie diplomatique.

La Commission mixte de coopération crée des groupes de travail chargés de déterminer l'étendue de la coopération dans chacun des domaines mentionnés précédemment.

Article 7

Tout différend pouvant résulter de l'interprétation ou de l'application du présent Accord-cadre est réglé à l'amiable au moyen de négociations directes entre les Parties, par la voie diplomatique.

Article 8

Le présent Accord-cadre peut être amendé par écrit à tout moment d'un commun accord entre les Parties. Les amendements entrent en vigueur selon la procédure prévue à l'article 9.

Article 9

Le présent Accord-cadre entre en vigueur à la date de la dernière notification écrite par laquelle les Parties s'informent, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des procédures internes requises par leur Constitution ou leur législation. Cet Accord-cadre est conclu pour une durée de cinq (5) ans et est renouvelable tacitement pour une même durée si aucune des Parties n'informe l'autre, par la voie diplomatique et par écrit, de son intention d'y mettre fin, et ce, au moins six (6) mois avant son expiration. La dénonciation prend effet six (6) mois après la date de cette notification.

Chaque Partie peut dénoncer le présent Accord-cadre à tout moment par notification écrite adressée par la voie diplomatique. Cette dénonciation prend effet six (6) mois après la date de cette notification.

Nonobstant ce qui précède, la dénonciation du présent instrument n'affecte pas l'exécution et le déroulement des programmes et des projets décidés par les Parties, lesquels se poursuivent, sauf décision contraire de ces dernières.

FAIT à Maputo, le 24 avril 2009, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République du Mozambique :

EDUARDO JOSÉ BACIÃO KOLOMA

Vice-Ministre des affaires étrangères et de la coopération

Pour le Gouvernement de la République bolivarienne du Venezuela :

REINALDO BOLÍVAR

Vice-Ministre pour l'Afrique du Ministère du pouvoir populaire
pour les relations extérieures